

# Necropolíticas do Governo Bolsonaro -Gênero, classe e raça no contexto da pandemia

Necropolitics of the Bolsonaro Government - Gender, class and race in the context of the pandemic

**Jimena de Garay Hernández (UERJ/Brasil)**

jime.degaray@gmail.com

**Amanda Motta Castro (FURG/Brasil)**

motta.amanda@terra.com.br

**Marcio Rodrigo Vale Caetano (UFPEL/Brasil)**

mrvcaetano@gmail.com



*Marcio Caetano*

*Posdoctor en Currículo y Narrativas Audiovisuales (Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ). Graduado en Historia (UERJ), con maestría y doctorado en educación (Universidade Federal Fluminense). Docente en la Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Compone la Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar.*

*Amanda Motta Castro*

*Profesora del Programa de Posgrado en Educación de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) y docente del Departamento de Educación de la misma institución. Doctora en Educación (Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS). Maestra en Educación, Licenciada en Pedagogía. Compone la Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar.*

*Jimena de Garay Hernández. Profesora del Instituto de Psicología de la Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doctora y maestra en Psicología Social por la misma universidad. Psicóloga por la Universidad Nacional Autónoma de México. Compone la Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar.*



**Resumo** || A execução da necropolítica ou a gestão da morte, pautada no capitalismo e o racismo representado no Governo Bolsonaro, tem afetado mais fortemente as pessoas negras, indígenas e empobrecidas. Com o sucateamento e saturação do sistema público de saúde e a falta de acesso aos serviços por parte de pessoas que moram em favelas ou em comunidades afastadas tem configurado um cenário de exploração e de extermínio da população empobrecida brasileira. Não obstante, as operações policiais que produzem o genocídio da população negra nas cidades e dos desmatamentos florestais promovidos pelos latifundiários, incentivado pelo Governo Bolsonaro, que têm levado a pandemia para as terras indígenas.

**Palabras clave:** Bolsonaro – Crisis humanitária –Brasil

**Resumen** || La ejecución de la necropolítica o el manejo de la muerte, basado en el capitalismo y el racismo representado en el Gobierno de Bolsonaro, ha afectado más fuertemente a los negros, indígenas y empobrecidos. Con el desguace y la saturación del sistema de salud pública y la falta de acceso a los servicios por parte de las personas que viven en barrios marginales o comunidades remotas, ha establecido un escenario de explotación y exterminio de la población brasileña empobrecida. Sin embargo, las operaciones policiales que producen el genocidio de la población negra en las ciudades y la deforestación forestal promovida por los terratenientes, alentada por el Gobierno de Bolsonaro, que han llevado la pandemia a las tierras indígenas.

**Palabras clave:** Bolsonaro - Crisis humanitaria –Brasil

**Abstract** || The execution of necropolitics or the management of death, based on capitalism and the racism represented in the Bolsonaro Government, has most strongly affected black, indigenous and impoverished people. With the scrapping and saturation of the public health system and the lack of access to services by people living in slums or remote communities, it has set up a scenario of exploitation and extermination of the impoverished Brazilian population. Nevertheless, the police operations that produce the genocide of the black population in the cities and the forest deforestation promoted by the landowners, encouraged by the Bolsonaro Government, which have brought the pandemic to the indigenous lands.

**Keywords:** Bolsonaro - Humanitarian crisis –Brazil

## **Necropolíticas do Governo Bolsonaro -Gênero, classe e raça no contexto da pandemia**

No período em que protestos eram mobilizados e se espalhavam nas cidades estadunidenses em resposta a morte de um homem negro, o segurança George Floyd, por um policial branco, o filho negro de uma empregada doméstica morria ao cair de um prédio de luxo na cidade de Recife, capital do estado nordestino de Pernambuco.

No dia 02 de junho, Miguel da Silva, de 5 anos, negro e morador da periferia da região metropolitana de Recife, acompanhava a mãe, Dona Mirtes de Souza, no trabalho de empregada doméstica no apartamento do Prefeito de uma cidade próxima de Recife, o socialista Sérgio Hacker Corte Real, porque as creches estavam fechadas em decorrência das políticas de isolamento definidas por conta da pandemia de COVID-19.

Ao receber a ordem da Patroa, Sari Corte Real, Dona Mirtes, saiu para passear com o cachorro da família, deixando Miguel sob o cuidado da patroa, que na ocasião recebia em sua residência a manicure para cuidar de suas unhas. Começando a chorar, o menino Miguel entrou no elevador do prédio, no 5º andar, para buscar a mãe. Imagens do circuito de câmeras de segurança do prédio, divulgadas pela Polícia Civil de Pernambuco, dão conta de mostrar o momento em que a patroa conversa com o menino Miguel no elevador e parece apertar um dos botões. Segundo as investigações em curso, o menino foi até o 9º andar onde escalou uma grade na área dos aparelhos de ar-condicionado buscando sair do prédio para buscar a mãe. Mirtes, que estava na parte de

baixo do prédio, passou na portaria para pegar encomendas e ouviu dizer que alguém havia acabado de cair. Ao chegar ao local, Mirtes se conta que se tratava de Miguel, o seu filho.

Respirando com certa dificuldade, o menino foi levado pela mãe e a patroa para o Hospital da cidade após um vizinho médico informar da urgência dos tratamentos específicos. Mesmo com a mobilização, Miguel não resistiu e faleceu. Em seu velório, Mirtes, ainda sem saber como foi que seu filho foi parar no 9º andar do prédio de onde caiu, foi confortada pela patroa e seu marido.

Mesmo com ampla repercussão do caso na mídia, a polícia não divulgou a identidade da família onde a criança havia caído do prédio. O argumento central era que se tratava de uma pessoa pública e importante do estado. Semelhante à Polícia, Mirtes manteve em segredo durante três dias a identidade de seus patrões à imprensa até que teve acesso as imagens da câmera de segurança que mostravam a patroa deixando o seu filho sozinho no elevador em direção ao 9º andar. Coube a ela e não à polícia, a revelação das identidades da família que a empregava.

Após as investigações iniciais, Sari foi presa em flagrante suspeita de homicídio culposo, quando o crime não é considerado intencional. Neste caso, mesmo com a patroa deixando a criança de cinco anos sozinha no elevador e apertando o botão do 9º andar, a polícia considerou que a patroa agiu com negligência e não teve a intenção de produzir nenhum dano ao garoto. Após pagar a fiança de R\$ 20 mil reais (cerca de 4 mil dólares), a patroa foi solta e deverá responder à acusação pelo caso em liberdade.

Este caso provocou uma enorme indignação em uma parcela da

população brasileira, incluindo os movimentos alinhados aos Direitos Humanos, por vários motivos. Primeiramente, o fato de Mirtes estar sendo solicitada no trabalho, quebrando as medidas de isolamento social em decorrência do COVID-19, pois seu emprego, assim como o da manicure que fazia as unhas de Sarí, não era considerado essencial, embora fosse seu direito moral continuar sendo remunerada. Frente às acusações sociais, Mirtes, que chorava a morte do filho, se viu obrigada a responder as indagações que questionavam os motivos que a levaram a estar com seu filho no trabalho.

Apesar da suposta solidariedade expressada pelo pedido de desculpas da patroa, registrado em um vídeo após ampla repercussão das imagens que a denunciavam, este caso, mais uma vez, demonstrou a maneira trágica e escancarada da exploração econômica e do racismo, elitismo, negligência, falta de sensibilidade e descaso com a vida das pessoas consideradas em situação subalternidade, elementos que têm se recrudescido no Brasil durante a pandemia do COVID-19.

A situação de Miguel não vem sendo, infelizmente, um caso isolado. Ela espelha a forma com a população da periferia vem sendo tratada em meio as consequências da pandemia. Apesar dos discursos sanitaristas indicarem que as mortes por COVID-19 não possuem “filtros” ou critérios, são as pessoas que vivem em territórios da periferia, das classes populares e negras que vêm se desenhando nos últimos índices de óbitos no país. É nítida a distinção entre quem está morrendo pela doença ou por seus efeitos socioeconômicos e quem está

conseguindo de alguma forma preservar a saúde e a vida sem grandes prejuízos.

Vemos na história de Miguel e de tantas outras pessoas vítimas diretas ou indiretas da COVID-19 que a pandemia no Brasil tem marcas precisas de sua letalidade. São as pessoas pobres e negras, residentes nas periferias das cidades que estão morrendo com as omissões do Governo Bolsonaro. O racismo de Estado comparece com suas políticas sem nenhum pudor, lamento ou luto. Bolsonaro, ao estampar a COVID-19 em populações específicas (idosos, obesos e portadores de doenças crônicas), ao invés de aceitar a presença de comportamentos econômicos e sociais responsáveis à transmissão, estimula a demora em promover políticas públicas capazes de prevenir o contágio e de dar assistência às pessoas infectadas. A necropolítica do Governo Bolsonaro tem resultado na morte de milhares de pessoas brasileiras quase todas pretas, pobres, velhas... escarnecidas. A execução da necropolítica ou a gestão da morte, pautada no capitalismo e o racismo representado no Governo Bolsonaro, tem afetado mais fortemente as pessoas negras, indígenas e empobrecidas. Com o sucateamento e saturação do sistema público de saúde e a falta de acesso aos serviços por parte de pessoas que moram em favelas ou em comunidades afastadas tem configurado um cenário de exploração e de extermínio da população empobrecida brasileira. Não obstante, as operações policiais que produzem o genocídio da população negra nas cidades e dos desmatamentos florestais promovidos pelos latifundiários, incentivados pelo

Governo Bolsonaro, que têm levado a pandemia para as terras indígenas.

Nesse sentido, e até encorajadas pelo movimento internacional produzido a partir do assassinato de George Floyd, as pautas e reivindicações dos movimentos negros e de favela têm encontrado força tanto nas redes sociais quanto nos veículos midiáticos e ruas das grandes cidades brasileiras. No dia 07 de junho, com os cuidados para evitar contágios, inúmeras manifestações ocorreram no país denunciando as atrocidades vividas pelo Governo Bolsonaro.

Para enfrentar a política da negação do direito à vida do governo Bolsonaro e superar o COVID-19 dependemos da construção de respostas balizadas nos direitos humanos e na ética do direito à vida para todos e todas e, para isso não nos parece possível permanecer nas políticas devastas e nefastas do capital que matam e culpabilizam o morto pela morte no Brasil.

A pandemia nos ensina a importância das redes de amizades, solidariedades e de lutas pela democracia, nos lembrando que para vencê-la é fundamental o investimento na dignidade humana e, sobretudo, na produção de políticas públicas capazes de fortalecer a produção científica e as vitórias conquistadas pelo povo, a exemplo dos princípios democráticos tão caros ao Brasil.

**Recibido: 25 de Junio de 2020.**

**Aceptado: 30 de Junio de 2020.**